

ENTREVISTA REALIZADA, EM JULHO DE 2018, COM MARIA CARMELITA YAZBEK¹

Entrevistadoras: Cleonice Correia Araújo² e Annova Miriam Ferreira Carneiro³

TEMA: Programas sociais e aumento da extrema pobreza no Brasil

Cleonice Araújo e Annova Carneiro: A persistência da pobreza na realidade brasileira expressa um processo de desigualdade inalterado há décadas no país e que se caracteriza como um traço estrutural. Expressa ainda a supremacia de um projeto político que mantém - esse processo. Como explicar isso?

Maria Carmelita Yazbek: As explicações devem ser buscadas nas particulares condições do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no país. Traço da formação social brasileira, a conjugação do “avanço” com o “atraso” assegurou o sucesso da dominação burguesa desde sempre, apesar do período de conciliação de classes e de enfrentamento à pobreza, representado pelos governos de Lula e Dilma, com sua forma de investimento no social, denominada por alguns autores de neodesenvolvimentismo, expressa especialmente nos Programas de Transferência de Renda Condicionada - PTRC, no aumento do salário mínimo e nas Políticas Sociais com destaque para a Assistência Social.

¹ Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pesquisadora 1 A do CNPq. Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro do Conselho Científico e Acadêmico da Faculdade de Serviço Social da UNLP - Argentina e professora visitante do Instituto Superior João Paulo II de Luanda Angola e da Universidade Lusófona do Porto. Consultora do Curso de Serviço Social do Instituto Superior João Paulo II em Luanda, Angola. Consultora do MDS. Tem experiência na área de Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, política social, assistência social e pobreza.

² Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP). Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Políticas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: assistência social, suas, política social, pobreza, transferência de renda, descentralização e clientelismo.

³ Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Avaliação e Estudos da Pobreza e das Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEPP). Tem experiência na área de Políticas Públicas trabalhando, principalmente, com as seguintes temáticas: assistência social, município, direitos, políticas públicas e SUAS

Contexto que se caracterizou pela combinação de “medidas de natureza oposta”, e a articulação de dubiedades que permearam a política social brasileira. De um lado observaram-se as tendências a focalizar e privatizar e, de outro, a perspectiva de construção de direitos garantidos constitucionalmente.

Um diagnóstico crítico do tempo presente deve considerar os processos de formação do país desde a colonização, um empreendimento mercantil, que vai caminhar na direção de uma economia composta de senhores e escravos, na qual as marcas do patrimonialismo-paternalista vão plasmar a sociedade brasileira. O caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixou, sem dúvida, suas marcas na história do país e implantou bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo dependente na periferia em tempos mais recentes.

Assim, estamos diante de uma sociedade “desigualitária sem remissão” como lembra Chico de Oliveira (2003, p. 146) onde a presença dos “pobres” no tratamento dos conflitos classistas tem sido uma constante.

De modo geral, na Política Social brasileira a luta contra a pobreza tomou o lugar da luta de classes. A perspectiva mais recente, presente nos PTRC, é de desenvolvimento dos “ativos” dos pobres, desconsiderando os fatores estruturais da pobreza, atribuindo a responsabilidade da pobreza aos próprios pobres. Trata-se de “ativar” trabalhos precarizados, intensificados e superexplorados. Para Singer (2018, p.21), o “traço peculiar desta sociedade é o limbo, do qual os pobres podem sair (e no qual podem voltar a cair) individualmente, mas nunca como classe”.

Cleonice Araújo e Annova Carneiro: A PNAD Contínua (2017) mostrou que houve um aumento da extrema pobreza entre 2016 e 2017. Que relação podemos estabelecer entre esse aumento e o projeto de retrocessos que vem sendo imposto ao país com incidência sobre a Proteção Social?

Maria Carmelita Yazbek: Na atualidade, o aprofundamento do ciclo neoliberal e o avanço das contrarreformas promovido por interesses do capital mundializado e financeirizado de “forma que o campo de sua acumulação não mais apresenta fronteiras de qualquer ordem” (MARQUES, 2018, p. 110) vem

implicando numa ruptura do histórico pacto entre capital e trabalho que configurou, no mundo desenvolvido, o Estado de Bem Estar Social. A natureza desse capital precisa ser desvelada para entender o seu ataque contra as políticas sociais e a conclusão que se chega é que não interessa a esse “capital manter políticas sociais organizadas e financiadas pelo Estado” (MARQUES, 2018, p. 110). Desse modo, podemos entender que o avanço do capital sobre as políticas sociais é uma característica do capitalismo contemporâneo globalmente. Característica que, aliada ao novo padrão de acumulação, caracterizado pela flexibilização produtiva, com sua nova morfologia do mundo do trabalho com desemprego, redução de salários, precarização do trabalho e ausência de direitos, tem como resultado o aumento da pobreza e o desmonte da proteção social.

Chegamos assim, em 2018, a 14.83 milhões de brasileiros em situação de pobreza extrema (aumento de 11,2% em relação ao índice de 2016). O Número de trabalhadores informais superou o conjunto de empregados formais. A redução no número de beneficiários do Programa Bolsa Família no último ano, também foi apontada como um dos principais motivos para o aumento da pobreza e da desigualdade.

Do ponto de vista político, no país, no momento em que a acumulação e as manifestações de sua crise exigem novas formas políticas de gestão do Estado Burguês, as políticas sociais, que poderiam minimizar a pobreza, sob o impacto do golpe parlamentar, jurídico e midiático que depôs a presidente democraticamente eleita, passam a ser alvo de processos de desmanches. E, desse modo, assistimos a um ataque sem precedentes às políticas de Seguridade Social, mais uma estratégia do capital para avançar sobre o Fundo Público. Por outro lado, nos deparamos nesse tempo com contradições advindas da ampliação da demanda por serviços e benefícios da assistência social num contexto de crescimento do desemprego estrutural, de precarização do trabalho e de insegurança social face à diminuição das proteções sociais do trabalho decorrentes da sua *nova morfologia* (ANTUNES, 2013), expressas pela tríade flexibilização, informalização e terceirização do trabalho.

Politicamente, “As nossas classes dominantes sempre oscilaram no controle do poder político e da dominação no Brasil, oscilando entre a conciliação e o golpe,

a conciliação e o desenho autocrático, a conciliação e a devastação”. (ANTUNES, 2017, p.1). Agora é o momento da devastação. É um rearranjo das classes dominantes, para prevenirem-se contra qualquer perda maior dessa crise em relação aos seus interesses, o que implica em desmontar a legislação social e laboral. Essa é a questão fundamental.

Cleonice Araújo e Annova Carneiro: Com relação aos programas sociais, em particular os programas de transferência de renda, quais são as possibilidades e perspectivas destes no enfrentamento à pobreza, no Brasil, tendo presente o contexto de aumento da pobreza e retração de investimentos sociais?

Maria Carmelita Yazbek: Como observamos, o novo padrão de acumulação capitalista e as metamorfoses do mundo do trabalho, sob a égide do capital financeiro, vêm demonstrando que o trabalho protegido tem sido destituído de sua potência protetiva, o que explica que um número crescente de trabalhadores demandem proteção social pública na forma de serviços e benefícios assistenciais, em função do trabalho precarizado, e do agravamento do desemprego estrutural. Observamos também que os acontecimentos recentes vêm provocando desmanches nos sistemas sociais públicos, entre os quais os PTRC e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e vem interpondo travas regressivas aos avanços necessários das políticas sociais.

Nesse contexto, ressurgem tendências históricas, não superadas, da assistência social como o lugar destinado às ações dirigidas aos “pobres” – dispositivo que estigmatiza e discrimina os estratos subalternizados e provoca uma cisão entre pobres e trabalhadores. O retorno da assistência social como *moeda de troca* política entre dominantes e dominados retoma seu longo caminho no país “cordial” da sociabilidade do favor, agora transmutada na sociabilidade do grande capital que toma de assalto o fundo público e desconstrói décadas de luta pela constituição da esfera pública no Brasil. (RAICHELIS; YAZBEK, 2018)

Assim, não existe possibilidade histórica das políticas de enfrentamento à pobreza não serem inflexionadas pelas contrarreformas em curso. Não existe possibilidade histórica dos PTRC e do SUAS não sofrerem os impactos da PEC do congelamento dos gastos, não existe possibilidade histórica do campo social

não sofrer os impactos da lei de terceirização irrestrita, não existe possibilidade histórica desse campo não sofrer os impactos da reforma trabalhista e da reforma da previdência.

Pode-se afirmar, enfim, que a atual conjuntura política expõe o processo de desconstrução da Constituição Federal de 1988, com base na perspectiva que os direitos sociais oneram excessivamente o fundo público. Para tal, dissemina-se uma “cultura da crise” como responsabilidade de toda a sociedade. Nesse sentido, uma vez que o processo golpista está em pleno curso e não é possível prever o seu desfecho, cabe um chamamento à unidade política das forças progressistas em defesa da democracia e dos direitos sociais (RAICHELIS; YAZBEK, 2018).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências In: ANTUNES, Ricardo (org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.

_____. *Ideias de Esquerda Revista de Política e Cultura*. Entrevista em 05/05/2017

MARQUES, Rosa. Capitalismo financeiro e as Política Sociais: a nova face da contemporaneidade. In *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social*. São Paulo, Cortez, 2018.

OLIVEIRA, Francisco: *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

RAICHELIS, Raquel e YAZBEK, Maria Carmelita. Estudo Avaliativo da Implementação do Sistema Único de Assistência Social: uma proposta de investigação em desenvolvimento. ENPESS, 2018

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.